



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

ATA n. 01/2025

1. Identificação da Reunião

Data da Reunião	Horário	Local	Secretariada por
11/07/2025	14h	Videoconferência	Eliza Ikeda

2. Classificação da Reunião

Reunião da Comissão de Acompanhamento e Execução Orçamentária

3. Participantes

LOTAÇÃO	SERVIDOR
SOF	Fábio das Neves Barbosa
SOF/COORC	Hermes Rossoni
PRES/EJERS/COEJE	Renata Pochmann Simoni
SA	Vital Cappellari Corrent
SA/AGCON	Maria Regina Scherer Soccol
SA/CMLOG	Sérgio Casaril
SA/COGEC	Eric Figueiredo Stolting
SA/COINP	Jodoé Renato Menger
SA/COSTI	Luis José Thewes
SGP	Natália Gomes da Silva
SGP/ASGEP	Rinaldo Miranda Castro
SJ/CGDOM	Ermes Marcolin
STI	Daniel Wobeto



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

4. Pauta

Assunto	Participante	Descrição
Execução do Orçamento Ordinário	Fábio Barbosa (SOF)	1. Inicialmente, apresentou a posição atual da execução do orçamento ordinário e trouxe a informação acerca do atendimento parcial da demanda de crédito adicional referente à 1ª fase de alterações orçamentárias de 2025, cujo valor liberado foi de R\$ 2.324.092,00. 2. Em prosseguimento, demonstrou a execução orçamentária por Plano Interno (PI), posição em junho/2025, iniciando a explanação pelo PI Material de Consumo para Serviços Auxiliares e passando a palavra ao respectivo gestor, Sr. Sérgio Casaril.
	Sérgio Casaril	1. Informou que a execução se encontra baixa, em torno de 21% nesse PI, mas com previsão de incremento nas compras para o segundo semestre. Alegou baixa demanda e, conseqüentemente, previu uma execução em torno de 60% do inicialmente previsto. Informou que será contratado novo fornecedor de café por preço superior ao atual, o que aumentará a despesa, em razão do descumprindo das entregas pelo atual fornecedor. Nesse sentido, acredita que até setembro terá o posicionamento acerca de tudo que será comprado neste exercício, uma vez que a maioria se refere a contratos continuados. 2. Relativamente ao PI Material de Expediente, explicou que ao informar sobre o PI Material de Consumo (item anterior) referiu-se de forma global, incluindo a execução dos PIs Material de Expediente, Higiene/ Limpeza e Alimentícios que são os grandes grupos de consumo do almoxarifado. 3. Quanto à execução de material permanente, mobiliários e eletrodomésticos, informou que as amostras foram recebidas e aceitas, assim será empenhado o valor de R\$ 58.000,00. Considerando-se que os valores referentes a cadeiras e outros móveis já foram pagos, a execução desse PI ficará próxima de 96% e o saldo poderá ser utilizado na aquisição de prateleiras adequadas ao novo formato das urnas eletrônicas.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Participante	Descrição
	Jodoé Menger	Quanto à Telefonia Fixa, informou que execução será baixa, com previsão de remanejamento de saldos para outros PIs, sob sua gestão, com insuficiência de recursos.
	Daniel Wobeto	Acerca do PI Equipamentos de TI e Comunicação, informou que o valor será executado na integralidade e que poderá haver insuficiência de recurso a ser gerenciado dentro da própria STI.
	Fábio Barbosa (SOF)	Quanto ao PI Outros Materiais Permanentes, informou que houve incremento de recursos por meio de crédito adicional para a atualização do Data Center, reduzindo o índice de execução. Nesse contexto, o Sr. Daniel Wobeto informou que a licitação se encontra em andamento, com a contratação prevista para o final deste ano.
	Renata Pochmann	Em relação à Capacitação EJE, informou que o orçamento será todo executado.
	Rinaldo Castro	1. Informou que tanto o PI Capacitação PAC quanto o Capacitação TIC serão executados e que a CODEP apresentou o plano de capacitação para a Sra. SGP, incluindo-se a capacitação na área de inteligência artificial, prevendo-se a execução do orçamento na integralidade. 2. Relatou que a pedido da Sra. Diretora-Geral foi elaborado um estudo acerca do histórico da despesa com os(as) estagiários(as), com a indicação de possíveis soluções para gerenciar a insuficiência de recursos. Isso posto, apresentou esse estudo e demonstrou a previsão de déficit, num cenário sem redução de horas semanais trabalhadas e mantendo-se os atuais contratos. Nesse sentido, ressaltou que quando o TSE proferiu a decisão de prorrogar a permanência dos servidores requisitados até 30/12/2026, muitos já haviam retornado aos seus órgãos de origem e assim, reforçou-se a necessidade de manutenção dos (as) estagiários(as). Ressaltou que o corte ainda não ocorreu neste ano, pois havia a indefinição quanto à devolução dos requisitados e a decisão de permanência desses demorou a ser proferida. Diante dessa situação, discorreu acerca da possibilidade de acompanhamento mensal de eventuais disponibilidades orçamentárias de outros PIs que possam ser remanejadas para essa



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Participante	Descrição
		despesa e da possibilidade do auxílio do Sr. Hermes Rossoni para monitorar, juntamente com a ASGEP, verificando até quando será possível manter os contratos sem redução da carga horária ou do número de contratos dessa força de trabalho.
	Fábio Barbosa (SOF)	1. Destacou a importância da despesa com estagiários(as), mas também da necessidade de atendimento das demais demandas. 2. Acerca da pauta dos(as) estagiários(as), a Sra. Natália da Silva relatou que levou a questão do déficit orçamentário aos gestores com maiores recursos orçamentários com possibilidade de remanejamento (SA e STI) e que o cenário ideal seria a composição entre melhorar o orçamento e dimensionar a força de trabalho. Nesse contexto, esclareceu que não há perspectiva de aumento da força de trabalho, uma vez que a portaria do TSE que autorizou a nomeação de servidores atenderá somente 2/3 das vagas em aberto. A Sra. SGP considerou a possibilidade de remanejamento/levantamento do número de estagiários(as), considerando-se os impactos da recente decisão do TSE de manter os(as) requisitados(as) até o final de 2026. Nesse sentido, ponderou que a manutenção do número mínimo ou os cortes no número de estagiários(as), bem como manutenção ou o incremento no orçamento para essa despesa será decisão a ser tomada pelo Conselho de Administração, cabendo à SGP gerir conforme a deliberação. 3. Sr. Hermes Rossoni destacou a importância de se readequar/reavaliar o orçamento dessa despesa, cuja execução tem sido bem acima da prevista e que vem aumentando consideravelmente.
	Daniel Wobeto	1. Quanto ao PI Armazenamento de Dados, levará a informação de que foi empenhado somente 1,98% do limite orçamentário de R\$ 199.502,25 para discussão com sua equipe de trabalho. 2. Relativamente ao PI Locação de Software, cujo empenho está em 32,59% do limite orçamentário de R\$ 1.618.710,58, informou que há ações previstas que não serão realizadas, mas serão alocadas em outras contratações nessa área.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Participante	Descrição
Restos a Pagar (RAP)	Fábio Barbosa (SOF)	1. Informou que há cerca de R\$ 7.000.000,00 inscritos a serem liquidados e pagos e apresentou quadro demonstrativo com a indicação dos fornecedores e seus respectivos valores inscritos em restos a pagar e deu a palavra a seus respectivos gestores. 2. Em continuidade, noticiou a criação de um novo Plano Orçamentário (PO) 0219 – Conservação e Recuperação do Patrimônio, vinculado à ação orçamentária 20GP – Julgamento de Causas (já disponível no SIGEPRO-Web) que alterará os PIs relacionadas às despesas com conservação e recuperação do patrimônio e valerão a partir do PLOA2026. Assim, a programação orçamentária deverá observar a nova classificação: 1) Manutenção de Equipamentos de TIC – Conservação Patrimonial, PI: CRP MANHDW; 2) Manutenção de Máquinas, Equipamentos e Bens Móveis – Conservação Patrimonial, PI: CRP MANMAQ; 3) Manutenção e Legalização de Veículos – Conservação Patrimonial, PI: CRP MANVEI; e 4) Manutenção Predial – Conservação Patrimonial, PI: CRP MANPRE. A nova medida restringe o remanejamento interno desses PIs que só poderá ocorrer na oportunidade da abertura de fase de crédito pelo TSE com indicação de fonte de recurso para tal remanejamento. Isso posto, o Sr. Hermes Rossoni esclareceu que foi criado um PO específico para conservação patrimonial, dessa forma, o remanejamento de recursos orçamentários só poderá ocorrer dentro do próprio grupo de despesa, excetuadas as situações de alteração orçamentária por meio de créditos adicionais devidamente justificados. O Sr. Luis Thewes fez questionamento acerca do abastecimento de veículos, em resposta o Sr. Hermes Rossoni esclareceu que o orçamento dos combustíveis se mantém no PO 20GP e que a manutenção de veículos é que constará do novo PO. Nesse contexto, Sr. Jodoé Menger manifestou preocupação em relação aos remanejamentos costumeiramente necessários para os ajustes de final de exercício, especialmente no que se refere à instalações elétricas e lógicas e manutenção predial, ainda, acredita que os impactos serão avaliados na oportunidade do encerramento do



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Participante	Descrição
		ano, vislumbrando a necessidade de reavaliação dos orçamentos nos PIs que serão reclassificados.
	Luis Thewes	Manifestou-se informando que o fornecedor Integra – Controle de Acesso foi significativamente afetado pela enchente e que os contratos referentes aos Restos a pagar nos valores de R\$ 175.136,60 e R\$ 595.000,00 encontram-se em fase de recebimento definitivo e encaminhamento para pagamento. Quanto ao fornecedor New DT – Van de Passageiros, Restos a pagar de R\$ 317.800,00, relatou que o contrato foi firmado no final de 2024, com previsão de entrega em março/2025, mas não foi entregue até o momento. O fornecedor manifestou a intenção de trocar a marca e modelo do veículo adquirido e as negociações ainda não foram concluídas, mas prevê-se que em torno de duas semanas haja um desfecho para a situação. Nesse contexto, o Sr. Eric Stolting trouxe à discussão a Lei n. 14.770/2023 que alterou o art. 90, da Lei n. 14.133/21, segundo a qual permitiria a utilização de recursos inscritos em restos a pagar em uma nova licitação no ano seguinte, assim, no seu entendimento, o contrato poderia ser rescindido, o fornecedor penalizado e o recurso utilizado em nova licitação, mas destacou que desconhece como essa situação poderia ser operacionalizada na prática. Isso posto, o Sr. Hermes Rossoni informou que chegou ao seu conhecimento que poderia ser convocado o segundo colocado do processo licitatório nos casos de rescisão contratual, mantendo-se o mesmo valor e não realizar nova licitação. O Sr. Vital Corrent ressaltou a importância do conhecimento da alteração ocorrida no art. 90 da Lei n. 14.133/21, inclusive para aquisições de TI que ocorrem no final de ano e que, eventualmente,



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Participante	Descrição
		não são entregues, pois poderia haver uma alternativa de aproveitamento desse recurso sob a égide desse artigo. Por fim, o Sr. Fábio Barbosa ponderou que o próprio SIAFI já traz um entrave para a operacionalização, uma vez que não permite alterar o titular do empenho e este não poderia ser diferente do beneficiário do pagamento. Enfim, essa situação carece de mais informações e aprofundamento.
	Hermes Rossoni	Relativamente à Planservice, com restos a pagar de R\$ 74.577,04, esclareceu que tratam-se de diferenças remuneratórias dos trabalhadores, que a COGEC encaminhará as respectivas notas fiscais e que restará um saldo a ser anulado após o pagamento. O Sr. Eric Stolting, ratificou esse esclarecimento e previu essas diferenças em cerca de R\$ 8.000,00, ressaltando que o saldo poderá ser anulado, conforme informação que constou no documento SEI n. 2271872.
Restos a Pagar - Crédito Extraordinário - Enchente (RAP - Enchente)	Fábio (SOF)	Apresentou quadro com Restos a pagar – Enchente (DEX ENCHERS), detalhando os valores por fornecedor e indicando o total geral de R\$ 667.021,98. Ainda, registrou a relevância de se executar o crédito extraordinário com a brevidade possível e no valor mais próximo do valor inscrito em restos a pagar.
	Jodoé Menger	Esclareceu que no que se refere à Saniporto – Limpeza Pesada, no valor de R\$ 61.528,54, trata-se da limpeza do depósito de urnas de Porto Alegre que será liberada para a execução dos serviços nas próximas 2 semanas, com previsão de pagamento no máximo em setembro. Relativamente à Eletromecânica Gaúcha, no valor de R\$ 142.550,11, informou que estão sendo encaminhadas para pagamento e que pouco restará de saldo. Por fim, a Cepenge Engenharia, no valor de R\$ 264.465,92, refere-se à impermeabilização dos reservatórios de água com previsão de pagamento até setembro no montante de R\$ 200.000,00, prevendo-se assim uma sobra correspondente às divisórias que não serão mais adquiridas. A pedido do Sr. Hermes Rossoni, combinou-se que tão



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Participante	Descrição
		logo concluídos os trâmites, o os processos serão encaminhados para anulação dos saldos.
Restos a Pagar (Pleitos Eleitorais)	Fábio Barbosa (SOF)	Apresentou quadro com o valor total de R\$ 2.472.963,13 e com o detalhamento dos valores por fornecedor.
	Eric Stolting	Relativamente à Interop, relatou que conforme conversado com a SOF, haverá uma relativa sobra do montante de R\$ 1.818.474,49, mesmo após a última fatura que está dependendo de recálculo e conferência no valor das horas extras pagas sobre o descanso semanal remunerado que, conforme a empresa, ficará em torno de R\$ 69.500,00 com expectativa de redução após recálculo. Ainda, em relação a Interop – Auxiliares de Eleição, o Sr. Daniel Wobeto informou que as últimas notas foram faturadas no valor total de cerca de R\$ 36.000,00 e há previsão de sobra de cerca de R\$ 1.000.000,00 a ser devolvido ao erário. Nesse sentido, o Sr. Vital Corrent, ponderou que a sobra nesse montante pode ter sido em decorrência da grande dificuldade em prover os postos de trabalho. Ainda, o Sr. Eric Stolting relatou que a demora em concluir a execução dessa despesa foi em decorrência do grande volume de documentos encaminhados ou pendentes de encaminhamento pela Interop, mas que a parte que cabia ao TRE foi realizado com prontidão em razão da otimização dos processos de trabalho pelo colega Sérgio da STI.
	Hermes Rossoni	Questionou se os pagamentos da segurança temporária dos cartórios eleitorais foram pagos na íntegra. Em resposta, o Sr. Eric informou que haverá faturamento até outubro, uma vez que empresa não entregou os documentos requeridos até o prazo estipulado (junho/25) e que, após análise de riscos, serão liberados alguns pagamentos e retidos outros referentes ao pagamento a menor de periculosidade, desconto e estorno de valores de vale-alimentação, verbas rescisórias, entre outros, sendo que a conta vinculada fugiria da titularidade deste Regional.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Participante	Descrição
		Por fim, o Sr. Hermes reiterou a importância do encaminhamento dos processos, quando não restarem mais pendências, para COORC anular todos os saldos.

Próxima reunião	A ser combinado posteriormente.
-----------------	---------------------------------

5. Aprovação

Nome
Fábio das Neves Barbosa – Presidente da Comissão